

**Ministério de Minas e Energia**  
**Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

**Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:**

**Sumário**

|                                                                                |           |
|--------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>VEÍCULO: O Globo .....</b>                                                  | <b>2</b>  |
| Título: Conta pesada .....                                                     | 2         |
| Título: Com alta do diesel, governo vai reajustar tabela do frete em 5,5%..... | 4         |
| <b>VEÍCULO: Folha de S. Paulo .....</b>                                        | <b>5</b>  |
| Título: Crise na Venezuela eleva conta de luz no Brasil .....                  | 5         |
| <b>VEÍCULO: O Estado de S. Paulo .....</b>                                     | <b>7</b>  |
| Título: Vale-Gás .....                                                         | 7         |
| Título: Conta de luz vai subir para bancar subsídio .....                      | 7         |
| Título: Leilão da Amazonas pode ser adiado.....                                | 9         |
| Título: Tabela de frete deve ter reajuste de 5%.....                           | 9         |
| Título: Gasolina acumula alta de 45,7% nas refinarias desde fevereiro .....    | 10        |
| <b>VEÍCULO: Correio Braziliense .....</b>                                      | <b>11</b> |
| Título: Dólar caro faz preço da gasolina disparar.....                         | 11        |
| Título: MP do diesel é aprovada.....                                           | 13        |
| Título: Contas de luz terão aumento de 1,5%.....                               | 14        |
| <b>VEÍCULO: Valor Econômico .....</b>                                          | <b>15</b> |
| Título: Conta de luz terá de arcar com mais R\$ 2 bi .....                     | 15        |
| Título: Setor elétrico terá buraco de R\$ 90 bi em 2019 .....                  | 16        |
| Título: Comissões do Senado destravam venda de subsidiárias.....               | 19        |
| Título: Venda da Celg vira tema de campanha .....                              | 20        |
| Título: Chinesa Spic negocia térmica da Engie .....                            | 22        |
| Título: Curtas .....                                                           | 23        |
| Título: Produção da Petrobras cai em julho .....                               | 24        |

Título: Siderúrgicas repassam câmbio e reajustam aço..... 25

**VEÍCULO: O Globo**

**Data: 05/09/2018**

**Seção: Economia**

**Autor: Manoel Ventura BRASÍLIA**

**Título: Conta pesada**

Aumento de subsídios deixa luz mais cara

Os consumidores brasileiros já pagaram R\$ 70 bilhões de subsídios nas contas de luz de 2014 até agora. O valor é mais que o dobro do investimento feito na hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, de cerca de R\$ 30 bilhões, mas não para de crescer. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou ontem um aumento de R\$ 1,9 bilhão nos encargos do setor. Com isso, a taxa embutida na tarifa passará de R\$ 16 bilhões para R\$ 17,9 bilhões em 2018. Será o maior valor anual pago em subsídios pelos brasileiros na conta de luz desde 2015.

O principal motivo do aumento é a necessidade de custear as distribuidoras da Eletrobras no Norte e no Nordeste, que o governo tenta privatizar por acumularem prejuízos. O subsídio extra inclui ainda uma previsão de R\$ 406 milhões para gerar energia em Roraima, caso a Venezuela corte o fornecimento ao estado devido a problemas no pagamento do governo brasileiro ao país vizinho.

Para os clientes de distribuidoras do Sudeste, Sul e Centro-Oeste, o impacto na conta será de 1,6%, segundo a Aneel. Para as empresas do Norte e Nordeste, o aumento será de 0,31%. A alta será sentida a partir dos reajustes anuais das distribuidoras. No caso da Light e da Enel Rio (antiga Ampla), cujos aumentos foram aprovados em março, a elevação dos subsídios será repassada no próximo ano. Apenas para as empresas da Eletrobras em Acre, Amazonas, Piauí, Roraima, Rondônia e Alagoas já foram repassados R\$ 4,3 bilhões de 2016 até julho deste ano, segundo dados da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Só em 2018, a previsão é de um repasse de mais R\$ 1,4 bilhão.

Os consumidores de todo o país ajudam a manter essas empresas desde 2016, quando a Eletrobras decidiu vendê-las. Naquele momento, com o contrato de concessão vencido, a estatal aceitou manter a operação nos estados apenas se

fosse ressarcida pelos prejuízos. Como a venda das companhias está atrasada, foi preciso aumentar a previsão de gastos para manter a operação das distribuidoras da Eletrobras.

O governo já conseguiu vender as empresas de Piauí, Roraima, Acre e Rondônia. Ainda é preciso privatizar as que operam no Amazonas e em Alagoas — esta teve o processo suspenso pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O projeto de lei que dá base para a privatização da empresa do Amazonas foi aprovado ontem nas comissões de Assuntos Econômicos e de Infraestrutura do Senado. A matéria, porém, só deve ser votada em plenário em 9 de outubro. Assim, o leilão da empresa, marcado para 26 de setembro, deve ser adiado.

O reajuste aprovado pela Aneel será feito no orçamento da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), principal fundo do setor. A CDE é paga por todos os consumidores de energia elétrica por meio das contas de luz. Além de cobrir as perdas com as distribuidoras, os recursos da CDE são usados em ações como subsídio à tarifa para famílias de baixa renda, compra de combustível para gerar energia em regiões isoladas do país e o programa Luz Para Todos. Parte do dinheiro também vai para sistemas de irrigação e empresas de saneamento. A conta serve ainda para incentivar usinas eólicas e solares.

#### O FATOR VENEZUELA

A revisão dos subsídios feita pela Aneel também considerou uma previsão maior de gastos para financiar a geração por usinas termelétricas em Roraima. Os gastos previstos aumentaram em R\$ 406 milhões. Esse dinheiro será totalmente usado apenas em caso de corte do fornecimento de energia pela Venezuela. O estado é o único que não está conectado ao sistema elétrico brasileiro e cerca de dois terços da energia consumida são importados do país vizinho.

O governo de Nicolás Maduro tem ameaçado cortar o fornecimento porque a Eletrobras não está conseguindo pagar uma dívida de US\$ 33 milhões por causa de restrições bancárias impostas à Venezuela. Com isso, pode ser necessário acionar todo o parque termelétrico no estado para garantir o fornecimento. Essas usinas são mais caras, e os gastos extras são bancados pelos demais consumidores do país. Por ano, o custo para manter o abastecimento em Roraima, sem a Venezuela, é de R\$ 1,2 bilhão.

—A quantidade de subsídios é exagerada, está pesando demais no bolso do consumidor. Chegou a um ponto insustentável — avalia Cláudio Salles, presidente do Instituto Acende Brasil.

A entidade fez um levantamento que contou cerca de 40 projetos em andamento no Congresso com o objetivo de criar novos encargos para a energia elétrica. O professor da UFRJ Nivalde de Castro, coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico, defende a revisão dos subsídios, por exemplo, para energia solar e eólica. Segundo ele, essas fontes já estão "maduras":

— A quantidade de subsídios é igual a um varal de roupa. A cada ano se coloca mais uma coisinha e chega a esse valor exagerado. O que precisamos é de uma revisão dessa quantidade de subsídios, inclusive para algumas fontes que não têm mais necessidade.

**VEÍCULO: O Globo**

**Data: 05/09/2018**

**Seção: Economia**

**Autor: Geralda Doca BRASÍLIA**

**Título: Com alta do diesel, governo vai reajustar tabela do frete em 5,5%**

Combustível representa 40% do custo do transporte rodoviário, diz governo

A tabela do frete, uma das medidas tomadas pelo governo para encerrar a greve dos caminhoneiros, será corrigida em 5,5%, em média, para incorporar a alta de 13% do diesel anunciado na semana passada. O combustível representa 40% do custo do transporte rodoviário de carga. O assunto foi discutido ontem pela diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). A decisão vem em um momento delicado, quando a Polícia Federal investiga boatos de uma nova greve.

A correção é um dos principais pleitos dos caminhoneiros, assim como a fiscalização da aplicação do preço mínimo nos contratos de frete. A categoria está pressionando a ANTT para definir o mais rapidamente possível as regras para inibir o descumprimento da tabela.

#### SUBVENÇÃO DO COMBUSTÍVEL

Segundo a lei 13.703/ 2018, que fixou uma política de preços mínimos para o transporte rodoviário de carga, a tabela do frete tem de ser corrigida quando houver oscilação maior do que 10% no preço do óleo diesel no mercado nacional, para cima ou para baixo.

Desde sexta-feira, o preço médio do diesel nas refinarias da Petrobras subiu 13,03%. O valor do litro passou de R\$ 2,0316 para R\$ 2,2964. É o primeiro

reajuste desde junho e reflete a alta do dólar e da cotação do combustível no mercado internacional.

Ontem, a Câmara aprovou a medida provisória 838, que criou o programa de subvenção do combustível. O Executivo precisa correr para aprovar a proposta no Senado na próxima semana, pois a medida perderá a validade no dia 11 de outubro.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Data:** 05/09/2018

**Seção:** Mercado

**Autor:** Nicola Pamplona e Cristiane Gercina da Silva

**Título:** Crise na Venezuela eleva conta de luz no Brasil

País vizinho tem dificuldade para abastecer Roraima e brasileiros vão pagar mais pela energia de térmicas nacionais

Rio de Janeiro - A crise na Venezuela vai afetar a conta de luz dos brasileiros, que pagarão mais para comprar combustível para térmicas em Roraima. A decisão foi tomada nesta terça (4) pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), diante de sinais de desabastecimento naquele estado.

Único estado que não é interligado ao sistema elétrico brasileiro, Roraima é abastecido com energia venezuelana, mas vem sofrendo com apagões gerados pela crise econômica no país vizinho. Além disso, a Venezuela ameaça cortar o suprimento em resposta à falta de pagamento de uma dívida da Eletrobras, que alega problema operacional para transferir os recursos.

Em reunião nesta terça, a Aneel decidiu separar R\$ 406 milhões para substituir as importações por térmicas brasileiras até o fim do ano.

O valor será incluído na CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), encargo cobrado na conta de luz dos brasileiros que banca, além das térmicas, subsídios dados a geradores e consumidores de eletricidade.

Segundo estimativas realizadas pela própria agência, o impacto médio sobre a conta de luz das regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul será de 1,6%. No Norte e Nordeste, de cerca de 0,31%.

Na prática, a reunião desta quinta, a Aneel elevou a previsão de gastos da CDE em 2018 para R\$ 20 bilhões, 6% a mais do que os R\$ 18,8 bilhões previstos inicialmente.

O valor é maior também do que a primeira proposta de revisão, feita em esgoto, que falava em R\$ 19,6 bilhões, diante da decisão de incluir o custo das térmicas em Roraima tomada nesta quinta.

"A medida visa trazer mais segurança energética à região", disse, em nota, o diretor da Aneel, Rodrigo Limp. Um projeto de interligação do estado com o resto do país está parado por questões ambientais.

Caso o projeto não ande, o impacto das térmicas na conta de luz em 2019 pode chegar a R\$ 1,2 bilhão, valor anualizado do custo de combustível para acionar as usinas.

No fim de agosto, o governo decidiu fatiar o licenciamento da linha de transmissão que ligará Manaus e Boa Vista, com o objetivo de tentar agilizar as obras em trechos menos sensíveis.

A conta das térmicas da região Norte também foi pressionada em R\$ 97 milhões com o aumento do preço do diesel, anunciado pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) no fim de agosto.

A substituição da energia venezuelana por térmicas, porém, não é o item com mais peso no aumento do valor da CDE: os subsídios a energias renováveis custarão R\$ 1,4 bilhão a mais do que o previsto inicialmente.

Chamadas de fontes incentivadas, as renováveis têm desconto na tarifa de distribuição. A Aneel estima que a rubrica vai custar ao consumidor R\$ 8,3 bilhões em 2018, 20% a mais do que o previsto originalmente.

A alta reflete a expansão da geração de eólicas e o aumento no número de contratos no mercado livre de energia, o que transfere parte do subsídio para a conta de luz.

Atrasos na privatização das distribuidoras da Eletrobras também tiveram impacto, já que os recursos para cobrir os prejuízos da estatal com a operação das empresas será bancada por encargo que poderia reduzir o rombo da CDE.

A previsão inicial era vender todas as seis empresas no primeiro semestre. Até o momento, porém, só foram privatizadas quatro delas - que operam no Piauí, Roraima, Rondônia e Acre.

A quinta, Amazonas Energia tem leilão agendado para 26 de setembro, mas depende ainda de aprovação de lei no Congresso. A sexta, de Alagoas, é alvo de liminar obtida pelo governo estadual no STF (Supremo Tribunal Federal).

Com isso, o encargo chamado RGR (Reserva Global de Reversão) só poderá repassar R\$ 478 milhões para custear os subsídios nas contas de luz, 63% menos

que na previsão que contava com a venda das distribuidoras no primeiro semestre.

Limp disse que a reserva de recursos para custear térmicas em Roraima é "uma ação de contingenciamento" e, por isso, pode não ter o impacto esperado na conta de luz, caso não seja necessário o uso de toda a previsão.

Se houver sobras, afirmou, serão usadas para bancar subsídios em 2019, reduzindo a necessidade de cobranças no próximo ano.

Com Reuters

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 05/09/2018

**Seção:** Colunas

**Autor:** Vera Magalhães

**Título:** Vale-Gás

Economista nega populismo em promessa de subsídio de Alckmin No afã de se aproximar do eleitor mais pobre, Geraldo Alckmin reeditou o vale-gás, política do governo Itamar Franco. O tucano Alckmin, que até aqui vem rezando pela cartilha liberal, está cedendo ao populismo tarifário do PT? O economista Adriano Pires, responsável pela proposta do PSDB para a área de energia, nega. Diz que a ideia é retirar o subsídio hoje existente, que é para todos (o que ele chama de "Robin Hood às avessas") e concentrá-lo em 8,7 milhões de famílias que pagariam metade do preço cheio (hoje, cerca de R\$ 40) a cada 45 dias. O benefício seria dado por meio de um cartão só aceito para comprar o botijão de gás – para evitar mercado paralelo. "Toda proposta liberal na economia tem de ter também preocupação social", defende. Ele afirma que a conta, estimada em cerca de R\$ 2,3 bilhões ao ano, será paga pelo governo, e não pela Petrobrás, como ocorreu nos 13 anos em que o gás ficou congelado na era Lula-Dilma.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 05/09/2018

**Seção:** Economia

**Autor:** Anne Warth / BRASÍLIA

**Título:** Conta de luz vai subir para bancar subsídio

Aneel autoriza ampliar valor de repasses; impacto para usuário é de alta de até 1,6%

Os consumidores terão de pagar mais para cobrir o custo dos subsídios do setor. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou ontem a revisão do orçamento da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), taxa embutida na conta de luz que banca programas sociais, descontos tarifários e empréstimos subsidiados para o setor. Para que seja possível conceder esses benefícios, todos os clientes precisam pagar contas mais altas.

O órgão regulador decidiu elevar o valor necessário para bancar as despesas da CDE em R\$ 1,937 bilhão. Segundo o relator, diretor Rodrigo Limp, os gastos do fundo setorial serão mais altos do que o previsto, enquanto as receitas serão mais baixas do que o projetado. Esse aumento terá impacto de 1,6% nas tarifas de clientes das distribuidoras do Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Já os consumidores atendidos nas Regiões Norte e Nordeste terão elevação de 0,31%.

O repasse será feito na data do reajuste tarifário anual de cada empresa. Para aquelas que já passaram pelo reajuste, como a Eletropaulo, que teve reajuste de 15,84% em julho, o impacto será sentido em 2019. A CDE é um fundo setorial que concede benefícios a diversos grupos, como a tarifa social da baixa renda e o programa Luz para Todos, descontos para agricultores e irrigantes, subsídios para energias renováveis e para a compra de carvão, empréstimos subsidiados para as distribuidoras da Eletrobrás, compra de combustível para usinas termoeletricas em regiões isoladas, entre outros.

O orçamento do fundo neste ano, que era de R\$ 18,8 bilhões, será elevado para R\$ 20,053 bilhões. "Esse é o custo da política pública", disse o diretor-geral da Aneel, André Pepitone. Roraima. Um dos principais itens que levaram ao aumento do custo foram os gastos com a compra de combustível para abastecer termoeletricas de Roraima único Estado que está fora do Sistema Interligado Nacional (SIN). A Eletrobrás tem tido dificuldades para pagar a Venezuela que ameaça suspender o fornecimento.

Por isso, a Aneel incluiu o valor de R\$ 406 milhões, caso a ameaça se confirme e seja necessário acionar termoeletricas para atender ao Estado até o fim deste ano. A Aneel também elevou os valores necessários para bancar as distribuidoras da Eletrobrás. Essas empresas têm tido despesas pagas por empréstimos subsidiados, cujos recursos são arrecadados na conta de luz. O orçamento inicial de R\$ 907,8 milhões considerava que todas as empresas seriam privatizadas no primeiro semestre e que os repasses acabariam em junho.

Como a licitação atrasou e ainda restam duas a privatizar – Amazonas Energia e Ceal, em Alagoas –, foi necessário aumentar o valor do repasse para R\$ 1,485 bilhão. A analista técnica da Associação Brasileira de Grandes Consumidores

Industriais de Energia (Abrace), Natália Moura de Oliveira, lamentou o aumento do orçamento da CDE e o repasse do custo aos clientes. "Aumentar o custo do subsídio é aumentar a ineficiência do setor." O pedido de revisão do orçamento da CDE foi solicitado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que administra o fundo setorial e informou a existência do déficit à Aneel.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 05/09/2018

**Seção:** Economia

**Autor:**

**Título:** Leilão da Amazonas pode ser adiado

Marcado para o dia 26 de setembro, o leilão da distribuidora Amazonas Energia corre o risco de ser adiado de novo. O motivo é o fato de o Senado não ter votado o projeto de lei que resolve pendências da empresa. Acordo foi fechado ontem para votar a proposta em 9 de outubro, depois, portanto, da data da licitação.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 05/09/2018

**Seção:** Economia

**Autor:** Lu Aiko Otta Eduardo Rodrigues / BRASÍLIA

**Título:** Tabela de frete deve ter reajuste de 5%

O governo deve reajustar em cerca de 5% a tabela de preços mínimos de frete rodoviário, para acomodar a alta de 13% no óleo diesel anunciada na semana passada. A correção foi discutida ontem em reunião da diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Também foram analisadas formas de acelerar a fiscalização do cumprimento da tabela do frete, outra reivindicação dos caminhoneiros.

As medidas ganharam tom de emergência depois do último fim de semana, quando circularam boatos sobre uma nova paralisação dos caminhoneiros. A sinalização de que a tabela seria corrigida rapidamente serviu para conter uma nova mobilização. No entanto, uma ala dos caminhoneiros programa uma manifestação no próximo dia 12 para protestar contra a falta de fiscalização. O aumento deve ser aplicado sobre as tabelas que já estão em vigor e que são alvo de crítica por parte das empresas.

Antes da correção, as indústrias já indicavam um aumento médio de 12% no custo do frete de suas mercadorias. As entidades representativas do setor

produtivo preferiram esperar o anúncio oficial para se manifestar. Diesel. Ontem, os deputados aprovaram – em votação simbólica (sem contagem dos votos) – a Medida Provisória 838, que garante o subsídio no preço do diesel. A medida foi editada pelo governo durante a greve dos caminhoneiros, como um dos pontos do acordo para o fim da paralisação.

A MP 838 reduz em R\$ 0,30 o preço do diesel nas bombas dos postos, a um custo de R\$ 9,5 bilhões ao Tesouro Nacional até o fim deste ano. Como mostrou o Estadão/Broadcast, havia uma preocupação do governo sobre o prazo para a votação da MP, que precisa ser aprovada pela Câmara e pelo Senado até o dia 10 de outubro. Caso contrário, a medida perderá a validade.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, disse que "vai trabalhar" para votar a MP hoje no Senado. Por se tratar de MP, o subsídio está em vigor desde a publicação da MP, mas o Congresso precisa aprovar a medida para que ela se torne lei. / COLABORARAM CAMILA TURTELLI E RENAN TRUFFI

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**

**Data: 05/09/2018**

**Seção: Economia**

**Autor: Márcia De Chiara Fabiana Holtz**

**Título: Gasolina acumula alta de 45,7% nas refinarias desde fevereiro**

Para os consumidores, o preço médio no mesmo período teve alta de 7%; economia fraca impede repasse, dizem postos

O preço do litro da gasolina nas refinarias subiu ontem para R\$ 2,20, com o reajuste de 1,68% anunciado pela Petrobrás. Em quase seis meses, desde 19 de fevereiro quando a estatal passou a divulgar o preço médio diariamente em seu site, o valor do combustível nas refinarias acumula alta de 45,7%. Para o consumidor, o reajuste foi menor por causa da concorrência entre postos que enfrentam dificuldades para repassar aumentos por causa da atividade fraca, disse o presidente do Sincopetro no Estado de São Paulo, José Alberto Paiva Gouveia.

Em julho e agosto, as vendas caíram 20% e 12%, respectivamente no Estado de São Paulo em comparação com o mesmo mês do ano passado. Pesquisa da Agência Nacional de Petróleo (ANP) aponta que, entre fevereiro e agosto, o preço médio da gasolina subiu quase 7% nos postos do País. Apesar da alta no varejo ser menor do que nas refinarias, ela foi suficiente para provocar estragos na inflação.

Com o reajuste que começou a valer ontem, economistas ampliaram em até 0,10 ponto porcentual a expectativa de inflação oficial, medida pelo IPCA, para setembro. "O novo reajuste da gasolina vai pressionar a inflação de setembro", disse o economista da Rosenberg Associados, Leonardo França Costa. Ele, que esperava alta de 0,22% do IPCA de setembro, agora projeta 0,30%. Fabio Romão, economista da LCA Consultores, também reviu a projeção do IPCA de setembro e outubro por causa da alta da gasolina.

O IPCA de setembro, que deveria ter avanço de 0,35%, deve subir para 0,41%. O de outubro, inicialmente projetado com alta de 0,32%, deve ficar em 0,35%. Mas ele não mudou a projeção para o ano de 4,20%. "O câmbio deve ficar pressionado até outubro." E boa parte do reajuste da gasolina se deve à disparada do dólar. Essa também é a avaliação do economista Fabio Silveira, sócio da MacroSector. Ele projetava aumento de 0,30% para o IPCA de setembro e de outubro. Agora, com a alta da gasolina na refinaria, espera um avanço de 0,40% para a inflação de setembro e de 0,35% para outubro.

**VEÍCULO:** Correio Braziliense

**Data:** 05/09/2018

**Seção:** Economia

**Autor:** Bruno Santa Rita

**Título:** Dólar caro faz preço da gasolina disparar

Com o dólar cada vez mais valorizado, os preços da gasolina não param de subir. Pesquisa feita regularmente pelo Correio no Distrito Federal constatou que, de segunda para terça-feira, o litro do combustível passou de R\$ 4,39 para R\$ 4,45 em um dos postos da EPTG, onde os valores costumam ser mais baixos do que a média. E o consumidor pode preparar o bolso para novas altas. Ainda ontem, a Petrobras anunciou que, a partir desta quarta-feira, o litro do combustível nas refinarias aumentará de R\$ 2,1704 para R\$ 2,2069, uma correção de 1,68%. É o maior patamar desde julho de 2017, quando a estatal começou a reajustar os valores diariamente. Desde fevereiro, a gasolina já subiu 45,7% nas refinarias

No levantamento do Correio, que abrange 30 estabelecimentos do DF, o preço mais alto da gasolina foi de R\$ 4,98, na Asa Norte. Na maior parte dos postos, o litro do produto era vendido ao redor de R\$ 4,70. O preço mais baixo do Plano Piloto foi de R\$ 4,55, na Asa Sul.

## Inflação

Segundo o economista sênior da Confederação Nacional do Comércio (CNC),

Fábio Bentes, a tendência é de que a gasolina continue a subir, uma vez que não há previsão de queda do dólar — a cotação da moeda e os preços internacionais do petróleo são os dois principais componentes da matriz de preços seguida pela Petrobras. Ontem, a divisa chegou a ser negociada a R\$ 4,19, mas terminou o dia em R\$ 4,15, a mesma cotação do dia anterior. “A variação do dólar vai continuar contaminando o preço da nossa gasolina”, disse Bentes. Um dos reflexos disso, segundo ele, será uma inflação mais alta nos próximos meses.

Bentes lembrou que vários fatores pressionam o preço do dólar: no cenário internacional, a instabilidade das economias emergentes provocada, entre outros fatores, pela alta de juros nos Estados Unidos, e, internamente, a incerteza sobre as eleições presidenciais. “A tendência é de que a divisa continue se valorizando. E a gasolina tende a acompanhar esse movimento”, disse.

O pintor de obras Francisco de Assis, 39 anos, está preocupado com a situação. Com a gasolina cada vez mais cara, ele cogita utilizar mais o transporte público. “A gente vai ter que andar mais a pé ou de ônibus”, disse. O pintor afirma que sempre busca economizar. “Sempre verifico o preço. Se está mais em conta do que nos postos perto de casa, eu abasteço”, explicou.

A empresária Rebeca Furtado, 36, foi ontem do Lago Sul até a EPTG na esperança de encontrar gasolina a R\$ 4,39. Porém, ao chegar lá, o custo tinha aumentado. “Eu vim atrás do preço mais baixo. Mas o litro já está em R\$ 4,55”, reclamou. Rebeca trabalha com compra e venda de produtos e diz que precisa se deslocar constantemente. “O preço sobe e eu não posso fazer nada. Preciso do carro para trabalhar”, queixou-se.

**\* Estagiário sob supervisão de Odail Figueiredo**

### **Produção dentro da meta**

*A Petrobras anunciou ontem queda de 0,8% na produção total de petróleo e gás em julho na comparação com o mês anterior. Do total de 2,6 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boed), 2,5 milhões foram produzidos no Brasil e 102 mil no exterior. Apesar da redução, a companhia destacou que o total acumulado no ano chegou a 2,7 milhões de boed, exatamente dentro da meta. Segundo a estatal, a diminuição da produção em julho se explica pela cessão de 25% da participação do campo de Roncador para a Equinor, em 14 de junho, e pela parada da plataforma de Mexilhão para inspeções de segurança e melhoria da infraestrutura de escoamento de gás.*

**VEÍCULO: Correio Braziliense****Data: 05/09/2018****Seção: Economia****Autor: Alessandra Azevedo****Título: MP do diesel é aprovada**

Após acordo entre os líderes partidários, o plenário da Câmara dos Deputados aprovou ontem a Medida Provisória 838/2018, que concede subvenção para a venda e a importação do óleo diesel de uso rodoviário. A MP foi uma das promessas do governo em troca do fim da greve dos caminhoneiros em maio.

A votação foi feita de forma simbólica (sem que cada deputado manifestasse o próprio voto) durante a tarde, no último esforço concentrado antes das eleições, época em que os parlamentares se reúnem para votar pautas pendentes. Agora, a medida vai ao Senado e, caso não seja votada na outra Casa, perderá a validade três dias depois das eleições.

Para o governo, que se preocupava com a possibilidade de uma nova paralisação dos caminhoneiros, a aprovação da MP 838 foi uma vitória. No último fim de semana, um grupo anunciou paralisação para depois do feriado de 7 de setembro, mas logo foi desmentido pelos representantes da categoria. A possibilidade, no entanto, assustou o governo.

O Executivo pressiona também para a aprovação da MP 836, que acaba com a isenção do Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre a importação de petroquímicos, o que renderia até R\$ 172,5 milhões aos cofres públicos apenas em 2018, pelos cálculos do Planalto. Parte do valor ajudaria a custear a subvenção ao diesel. Não há consenso sobre a colocação dessa MP em pauta ainda nesta terça-feira.

**\* *Estagiário sob supervisão de Odail Figueiredo***

**VEÍCULO:** Correio Braziliense**Data:** 05/09/2018**Seção:** Economia**Autor:** Andressa Paulino**Título:** Contas de luz terão aumento de 1,5%

Mais uma vez, os consumidores de energia elétrica terão de arcar com os custos dos subsídios no setor. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou ontem a revisão do orçamento da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), taxa embutida nas faturas que banca programas sociais, descontos tarifários e empréstimos subsidiados. A revisão vai elevar a arrecadação em R\$ 1,937 bilhão e trará aumento de 1,5% nas contas de luz.

Em agosto, quando colocou a medida em audiência pública, a Aneel previu que seria necessário aumentar o valor em R\$ 1,446 bilhão. No entanto, após as discussões, o órgão decidiu elevar o orçamento da CDE em R\$ 491 milhões, além da primeira revisão orçamentária. O orçamento do fundo neste ano era de R\$ 18,843 bilhões, mas, para fechar as contas, serão necessários R\$ 20,053 bilhões.

A alta das despesas cobertas pela CDE foi causada por diversos fatores, afirmou o diretor da Aneel Rodrigo Limp. “A postergação da privatização das distribuidoras da Eletrobras, a possibilidade de suspensão do fornecimento de Roraima para a Venezuela e o aumento de subsídios para geração de energia incentivada influenciaram esse aumento de custos”, destacou.

O CDE é um fundo setorial cujo orçamento, em grande parte, é bancado pelo consumidor. O programa cobre benefícios diversos, como a tarifa social da baixa renda e o programa Luz Para Todos. De acordo com o coordenador técnico de energia da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (ABRACE), Victor Iocca, o reflexo da revisão será sentido no bolso dos consumidores. “O brasileiro pode se preparar para a conta mais cara”, explicou. O aumento do gasto será repassado às contas na data do reajuste tarifário de cada distribuidora.

Com aumentos tarifários consecutivos e a CDE tão alta, Cláudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil, destaca que as políticas de subsídios adotadas no país se tornaram obsoletas. “Temos hoje cerca de 140 projetos de novos subsídios em tramitação. É evidente que a situação se tornou insustentável”, afirmou. De acordo com Sales, o alto custo da energia faz grandes empresas migrarem para o mercado livre. E quanto mais elas fazem

isso, mais cara fica a conta do consumidor do mercado regular.

**\* Estagiária sob supervisão de Odail Figueiredo**

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 05/09/2018

**Seção:** Brasil

**Autor:** Camila Maia | De São Paulo

**Título:** Conta de luz terá de arcar com mais R\$ 2 bi

A possibilidade de interrupção no fornecimento de energia em Roraima pela Venezuela resultou numa elevação de R\$ 503 milhões nos subsídios pagos por todos os consumidores para compra de combustível para geração nos lugares mais remotos da região Norte, não conectados ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

Ontem, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou o aumento do orçamento da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) em R\$ 1,94 bilhão, para R\$ 20,05 bilhões. A elevação foi maior que a prevista anteriormente pelo regulador, de R\$ 1,44 bilhão. O principal motivo para isso foi o aumento dos subsídios para geração de energia em Roraima.

A CDE é um encargo setorial pago por todos os consumidores, usado para financiar questões como universalização do acesso à energia, tarifa de baixa renda e o custo da geração de energia nos sistemas isolados, subsidiado por meio da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC, um componente da CDE).

O orçamento da CCC teve aumento de 9% na revisão extraordinária aprovada ontem, passando de R\$ 5,3 bilhões para R\$ 5,85 bilhões. Em nota técnica, a superintendência de geração e transmissão da Aneel explicou que o cálculo considera que o total da energia que seria suprida pela Venezuela entre setembro e dezembro deste ano seja substituído por geração termelétrica local, já instalada.

A energia adicional será gerada pelas termelétricas Distrito, Monte Cristo, Novo Paraíso e Floresta, que totalizam 216,5 megawatts (MW). Com exceção da Novo Paraíso, que tem 12 MW de capacidade instalada, as outras três usinas pertencem à Oliveira Energia, que arrematou a concessão da distribuidora de Roraima, a Boa Vista Energia, no leilão de privatização realizado na semana passada pela Eletrobras.

As usinas foram contratadas pela Boa Vista Energia no início de 2014, para melhorar o fornecimento de energia no Estado, único do país não conectado ao Sistema Interligado Nacional. A intenção não era garantir a independência da Venezuela, mas sim melhorar a qualidade da energia, uma vez que são registrados muitos problemas no chamado linhão do Guri, que conecta Roraima à estatal venezuelana Corpoelec.

As quatro termelétricas já estão contratadas por disponibilidade, disponíveis para operação em situações de contingenciamento da Venezuela. As despesas adicionais se referem à compra de óleo diesel para que funcionem, ao custo de R\$ 4,46 por litro.

A Eletronorte tem os recursos para pagar a Venezuela, mas não consegue transferi-los ao país devido a restrições causadas pelas sanções internacionais contra o governo de Nicolás Maduro. A Venezuela havia estabelecido 2 de setembro como prazo final para receber o dinheiro, mas ainda não houve definição. Se o país continuar fornecendo energia e não for necessário acionar as termelétricas, os recursos vão se transformar em créditos na CDE de 2019.

O atraso na privatização das distribuidoras da Eletrobras também foi responsável pelo aumento no orçamento do encargo setorial. A operação das concessionárias é subsidiária pela Reserva Global de Reversão, outro encargo setorial, a prorrogação do benefício até o fim deste ano elevou a previsão de recursos da conta de R\$ 907,8 milhões para R\$ 1,485 bilhão.

A previsão de despesa com descontos tarifários subiu de R\$ 6,9 bilhões para R\$ 8,3 bilhões no novo orçamento aprovado ontem. Segundo a Aneel, parte desse aumento se deve aos índices de reajuste e revisão tarifários neste ano, que estão acima do esperado. Até o momento, os processos tarifários deliberados pela agência resultaram em alta média de 15% aos consumidores.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 05/09/2018

**Seção:** Brasil

**Autor:** Daniel Rittner | De Brasília

**Título:** Setor elétrico terá buraco de R\$ 90 bi em 2019

Um rombo de quase R\$ 90 bilhões no setor elétrico espera quem vencer a disputa pela Presidência da República nas urnas em outubro. Pouco mais ou pouco menos, esse é o tamanho das "bombas" tarifárias e dos esqueletos que serão herdados pelo novo governo ao assumir em janeiro de 2019, conforme

indica levantamento inédito da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores Industriais de Energia (Abrace).

As estimativas da entidade apontam que, na pior das hipóteses, pode haver aumento total de até 50% nas tarifas para bancar esses passivos e estragos potenciais. "Mesmo não sendo tudo aplicado de uma vez, é uma conta absolutamente impagável", afirma o presidente da Abrace, Edvaldo Santana.

Para ele, que pretende fazer um alerta sobre o assunto hoje, na abertura de evento organizado pela Abrace, haveria três graves consequências no repasse integral desses passivos: destruir a competitividade da indústria, corroer a renda disponível dos consumidores residenciais e deixar as distribuidoras de energia com mais inadimplência de seus clientes.

"Por isso, uma solução tem que ser apresentada já nos três primeiros meses do novo governo", recomenda Santana. "É quando ainda se está forte o suficiente para encaminhar a questão sem ceder aos grupos de interesse."

A lista de problemas que caem no colo do próximo presidente é extensa. Vai do projeto de lei sobre a venda das distribuidoras da Eletrobras, ainda em tramitação no Senado, às obras abandonadas da usina nuclear de Angra 3.

O Projeto de Lei nº 10.332, já aprovado na Câmara dos Deputados, pode jogar uma conta de R\$ 6 bilhões para os consumidores com mudanças na tarifa social e no preço do combustível usado por termelétricas construídas em meio ao racionamento de 2001. A proposta também "socializa" os custos com o atraso na implantação do gasoduto Coari-Manaus.

Quatro distribuidoras administradas em caráter precário pela Eletrobras - Boa Vista (RR), Cepisa (PI), Ceron (RO) e Eletroacre - foram leiloadas com sucesso nas últimas semanas. Mas a privatização da Amazonas Energia, maior de todas as empresas deficitárias, só se torna viável mediante a transferência de um passivo em torno de R\$ 20 bilhões para a holding.

Em delicada situação financeira e sem perspectiva imediata de fazer uma capitalização nos moldes imaginados pela equipe do presidente Michel Temer, que queria uma chamada de capital com recursos exclusivamente privados, a Eletrobras ainda cobra quase R\$ 11 bilhões do governo pelos alegados prejuízos com a operação temporária das distribuidoras.

A estatal decidiu não renovar essas concessões em 2016, mas teve que continuar prestando serviços pelo regime de designação. Agora, argumenta ter direito à "neutralidade" das contas, mesmo com as vendas já concretizadas. "Não tenho dúvidas de que a Eletrobras tentará repassar esses passivos para o

consumidor. Precisa de uma ginástica legislativa, mas temos visto de tudo no Congresso", comenta Santana.

O advogado Julião Coelho, ex-diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vê um "círculo vicioso" instalado no setor e critica a facilidade com que passivos são jogados nas contas de luz. "Quando se resolve via tarifa, o consumidor não grita porque não sabe o que está ali dentro", afirma.

Para ele, além das intervenções do governo da ex-presidente Dilma Rousseff, o que se vê são ineficiências da Eletrobras e regulação deficiente da Aneel.

Coelho diz que, desde 2009, por exemplo, a agência não vinha fiscalizando a aplicação dos recursos repassados pela Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) - encargo cobrado dos consumidores para subsidiar a geração de energia térmica nos sistemas isolados do país.

De acordo com a Abrace, dois custos já estão certos nas tarifas: os efeitos da repactuação do risco hidrológico, no caso de usinas que venderam energia no mercado regulado, onerando os consumidores em R\$ 15 bilhões; e o déficit de pelo menos R\$ 5 bilhões na arrecadação das bandeiras tarifárias.

Como as receitas obtidas mensalmente com as bandeiras amarela e vermelha não têm bancado todo o acionamento das térmicas caras, a diferença para pagar essas despesas irá para os reajustes anuais das distribuidoras.

Mais adiante, será preciso desmontar a "bomba" armada pela construção abandonada de Angra 3, que já consumiu R\$ 15 bilhões e parou com o envolvimento das empreiteiras responsáveis pela obra na Operação Lava-Jato. Para compensar o investimento, a tarifa acertada para a usina nuclear seria de R\$ 240 por megawatt-hora.

O problema é que estimativas apontam a necessidade de elevar o orçamento em mais R\$ 17 bilhões para concluir as obras. A Eletronuclear e o governo já deixaram claro que essa conta só fecha com uma atualização da tarifa. Santana acha que ela pode ficar em mais de R\$ 500 por MWh para viabilizar a retomada.

"Seria uma imprudência repassar isso integralmente [ao consumidor]", afirma. Nesse caso, segundo ele, o melhor a fazer é excluir da futura tarifa de Angra 3 - que começa a ser cobrada quando ela entrar em funcionamento - os gastos já realizados.

"Melhor colocar o que já foi investido como gasto irrecuperável", recomenda Santana, que diz ser defensor da conclusão da usina nuclear como estratégia de diversificação da matriz, mas chamando atenção para o impacto tarifário.

**VEÍCULO: Valor Econômico****Data: 05/09/2018****Seção: Brasil****Autor: Vandson Lima | De Brasília****Título: Comissões do Senado destravam venda de subsidiárias**

As comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e Infraestrutura (CI) do Senado aprovaram ontem diferentes pareceres ao projeto que destrava a venda de seis distribuidoras da Eletrobras.

Hoje a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) deverá apreciar relatório do senador Romero Jucá (MDB-RR). Por estar em regime de urgência constitucional, a matéria tramita simultaneamente nas três comissões, antes de ser encaminhada para votação definitiva no plenário do Senado.

O projeto das distribuidoras foi aprovado pela Câmara dos Deputados em julho. O relatório de Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) na CAE não traz mudanças em relação ao texto da Câmara, com apenas uma emenda de redação.

Já a proposta aprovada na CI, cujo relator é Eduardo Braga (MDB-AM), traz emendas que inviabilizam a venda da Amazonas Energia, distribuidora da Eletrobras no Estado, e visam evitar que a dívida de R\$ 2 bilhões da distribuidora seja transferida para o consumidor local via conta de luz.

Líder interino do governo na Casa, Bezerra Coelho disse que o acordo feito com o presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), é para que o projeto seja votado no plenário na semana seguinte ao primeiro turno das eleições, que ocorre em 7 de outubro. "Esse é o caminho para se reverter a implacável tendência de deterioração da qualidade dos serviços e de aumentos de tarifas para os consumidores", defendeu. "A conversão desse projeto em lei trará as condições para o sucesso dos leilões previstos."

Com o projeto, o governo pretende resolver pendências burocráticas e atrair compradores para as companhias elétricas.

A Companhia de Eletricidade do Acre (Eletroacre), as Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron) e a Boa Vista Energia, que atende Roraima, já foram arrematadas em 30 de agosto. Em julho, foi vendida a Companhia de Energia do Piauí (Cepisa). Além dessas, o governo pretende vender a Amazonas Energia e a Companhia Energética de Alagoas (Ceal).

**VEÍCULO: Valor Econômico****Data: 05/09/2018****Seção: Política****Autor: Raphael Di Cunto | De Brasília****Título: Venda da Celg vira tema de campanha**

Primeira distribuidora de energia da Eletrobras privatizada no governo Temer, a Companhia Energética de Goiás (Celg) está no meio debate eleitoral goiano. Enquanto políticos acusam o governo estadual de má gestão e falam em cobrar mais a empresa, representantes da indústria e do agronegócio reclamam que a melhora não foi significativa e que, mesmo assim, deve ocorrer revisão de até 24% na tarifa. Até a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) já criticou a lentidão dos avanços.

Os efeitos abaixo do esperado têm reflexos inclusive no destino de outra empresa pública do Estado, a Companhia Saneamento de Goiás (Saneago), que também está com dificuldades financeiras. Um dos candidatos a governador, o deputado Daniel Vilela (MDB), chegou a admitir a possibilidade de privatização da estatal, mas usa a distribuidora de energia como exemplo. "A Celg foi privatizada e não resolveu. Teremos que avaliar se esse é o melhor modelo", diz. O plano do governo, do PSDB, é de lançar 25% das ações da empresa em bolsa.

O então diretor da Aneel, Romeu Rufino, afirmou em julho que a melhora da qualidade no fornecimento de energia pela Celg foi abaixo da expectativa criada quando ocorreu a venda para o grupo italiano Enel. "Dado o período em que já foi transferido o controle, já deveria ter tido uma melhoria da qualidade, porque essa era uma dificuldade já conhecida, era uma questão de [má] gestão e [falta] de investimento na concessão", disse.

Segundo relatório da Aneel, a duração de interrupções no fornecimento de energia (DEC) aumentou no ano passado em relação a 2016, último ano da distribuidora como estatal. A venda foi finalizada em fevereiro de 2017 por R\$ 2,187 bilhões - metade dos recursos ficaram com a Eletrobras e a outra metade foi destinada a obras no Estado.

O governador José Eliton, (PSDB), que era vice e assumiu como candidato a reeleição, é atacado pela oposição por causa da gestão da empresa, que ele presidiu em 2011. "Quando assumimos a manchete de um jornal era que a empresa valia R\$ 1. Vendemos ela cinco anos depois por R\$ 2 bilhões porque era preciso fazer mais investimentos", disse o tucano, que receberá hoje o candidato do partido à Presidência, Geraldo Alckmin, em Goiás.

O senador Ronaldo Caiado (DEM), líder nas pesquisas, foi o principal crítico da privatização. "O problema era de gestão, mas venderam a principal distribuidora do Centro-Oeste para acabar com uma caixa-preta", acusa. Já Vilela afirma que "é fato que não houve melhora" e que sentará com a empresa para cobrar os investimentos previstos.

Embora os candidatos prometam cobrar a empresa por mais investimentos, apenas o Psol fala em reestatizá-la. Mesmo a candidata do PT, Kátia Maria, diz que isso é impossível hoje. "O governo não tem dinheiro, seria só a médio ou longo prazo", diz.

O presidente da Associação Goiana de Avicultura (AGA), Cláudio Faria, afirma que houve melhora no atendimento para instalação de novos equipamentos, mas que a manutenção e estabilidade da rede elétrica "deixa muito a desejar". Já a qualidade da infraestrutura teve algum avanço, mas está "muito longe do Sudeste" e coloca o setor, que faz uso intensivo de energia, em desvantagem em relação a produtores de outros locais.

Para o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), Pedro de Oliveira, a melhora é mínima e o reajuste de tarifa, excessivo. A Celg, agora Enel Distribuição Goiás, tem direito, a cada cinco anos, a uma revisão, calculada pela Aneel em 12% para os consumidores domésticos e 24% para as empresas (alta tensão). "Não há justificativa pra esse repasse", afirma. O vice-presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (Faeg), Eduardo Veras, também reclama do aumento, mas diz que há avanços e que a empresa admite que a melhora significativa só será sentida em 2020 ou 2021.

Diretor do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Goiás (Stiueg), João Maria de Oliveira diz que a Celg era viável financeiramente, mas que faltou gestão. "O único investimento que a Enel fez em Goiás foi para demissões. Gastaram mais de R\$ 400 milhões num PDV [Programa de Demissão Voluntária] e em demissões arbitrárias. A força trabalho especializada foi substituída por terceirizados", diz. O número de funcionários caiu de 2,2 mil para 1,1 mil, diz.

Em nota, a Enel afirmou que 800 funcionários aderiram ao PDV e que recruta para novas vagas, "principalmente nas áreas técnicas". A empresa não informou os gastos com o PDV, mas diz que elevou de R\$ 300 milhões para R\$ 840 milhões o investimento anual em automação da rede. O aumento da duração das interrupções ocorreu, afirma, por desligamentos programados para executar os investimentos, que exigem intervenções complexas e, como tal, "o reflexo na qualidade do serviço será percebido gradativamente pelos consumidores no médio prazo".

**VEÍCULO: Valor Econômico****Data: 05/09/2018****Seção: Empresas****Autor: Maria Luíza Filgueiras | De São Paulo****Título: Chinesa Spic negocia térmica da Engie**

O processo do grupo francês de energia Engie para vender suas duas térmicas a carvão no Brasil voltou a andar. O **Valor** apurou que a companhia chinesa de energia State Power Investment Corporation (Spic) está negociando a aquisição de uma das usinas. A Spic tem interesse, no momento, apenas na compra da térmica Pampa Sul, localizada no Rio Grande do Sul.

A negociação da térmica em discussão está entre R\$ 800 milhões e R\$ 1 bilhão, conforme duas fontes. Pampa Sul ainda está em construção e tem previsão de conclusão de obra no início do ano que vem, com capacidade de 340 megawatts (MW). "Essa é só a parte de equity, uma avaliação pura do ativo. Mas a térmica tem um empréstimo intercompany com a Engie que tem que ser negociado", diz uma das fontes. A Engie teria investido mais de R\$ 2 bilhões no ativo, segundo um executivo, mas já não espera reaver todo o valor aplicado.

A Engie também tenta vender o complexo termelétrico Jorge Lacerda, em Santa Catarina. Sem dívida, essa térmica é avaliada entre R\$ 1,3 bilhão e R\$ 1,6 bilhão e tem capacidade de 857 MW. As duas fontes não descartam uma negociação da Spic pelo "pacote fechado", mas afirmam que, no momento, o negócio é focado apenas em Pampa Sul.

Em dezembro, a Engie deu exclusividade na negociação das duas térmicas para a britânica Contour Global - mas, em abril, as companhias comunicaram não ter chegado a um consenso, e a Engie reabriu as negociações para outros interessados em maio deste ano.

A Engie é a maior empresa privada de energia elétrica no país, com uma capacidade instalada de 11.059 MW em 31 usinas no Brasil. Procurada, a companhia informou em nota: "A Engie colocou seus ativos a carvão no Brasil à venda em linha com sua estratégia global de descarbonização de sua matriz energética. A empresa, porém, não comenta eventuais negociações em curso."

**VEÍCULO:** Valor Econômico**Data:** 05/09/2018**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Curtas

### **Compra da Marlim Azul**

A Superintendência-Geral do Cade aprovou ontem, sem restrições, a aquisição pelo Pátria Infra FIP, fundo de investimento gerido pelo Pátria Infraestrutura Gestão de Recursos e pela Shell Brasil Petróleo, de ações da Marlim Azul Energia da sua atual controladora, a Mitsubishi Hitachi Power Systems Americas. A Marlim Azul irá operar no mercado de geração de energia elétrica por meio de uma usina termelétrica com capacidade aprovada de 466.313 kW, mas sua operação está prevista para começar apenas em 2021. Na avaliação da Superintendência-Geral do Cade, a operação não enseja preocupações concorrenciais e pode ser aprovada sob o rito sumário.

### **Taesa obtém licença**

A Taesa obteve licença prévia do Ibama para Janaúba Transmissora de Energia Elétrica. O empreendimento está em construção e é do lote 17 do leilão de transmissão nº 013/2015, realizado em outubro de 2016, e 100% controlado pela empresa. Conforme comunicado da Taesa, com a obtenção da licença está autorizada a contratação de financiamento do projeto. Janaúba está localizado entre os Estados de Minas Gerais e Bahia, com extensão de 542 km de linha e três subestações, totalizando investimento de R\$ 960 milhões e Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 185,4 milhões para o ciclo 2018 e 2019. O prazo estipulado pela Aneel para energização de Janaúba é fevereiro de 2022.

### **Minério sobe na China**

O minério de ferro negociado no porto chinês de Qingdao subiu ontem 0,86%, para US\$ 66,62 a tonelada, segundo a "Metal Bulletin". O índice leva em conta o produto com teor de ferro de 62%. Depois de cair 2,71% em agosto, a commodity acumula valorização de 0,42% no início de setembro. No ano, a queda é de 8,2%. No mercado futuro, os contratos para janeiro do minério subiram 1,14% na bolsa de Dalian, para 488,5 yuans a tonelada. Para o aço, os futuros da bobina a quente para janeiro subiram 1,25% em Xangai, para 4.136 yuans a tonelada. O vergalhão avançou 0,71, para 4.115 yuans a tonelada.

**VEÍCULO: Valor Econômico****Data: 05/09/2018****Seção: Empresas****Autor: André Ramalho e Ivan Ryngelblum | Do Rio e de São Paulo****Título: Produção da Petrobras cai em julho**

A produção de petróleo da Petrobras, no Brasil, registrou, em julho, seu terceiro mês seguido de queda. O volume produzido pela companhia, no país, caiu 1%, frente a junho, para 2,014 milhões de barris diários, o patamar mais baixo desde março de 2016.

A venda de 25% do campo de Roncador, na Bacia de Campos, para a Equinor (ex-Statoil), continua puxando os dados operacionais da Petrobras para baixo. A operação foi concluída em meados de junho, mas seus efeitos só foram integralmente contabilizados no desempenho operacional de julho.

Associada às taxas de declínio dos campos do pós-sal, a redução da fatia da Petrobras em Roncador derrubou a produção da estatal na Bacia de Campos para 1,006 milhão de barris diários - o menor patamar desde outubro de 2001.

Os números de Roncador ajudam a dimensionar sua importância dentro da carteira de ativos da estatal. O campo é o quarto maior do Brasil e representa cerca de 6,5% da produção total da Petrobras, com base nos dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP) de julho. Com a venda de 25% do ativo para a Equinor, a petroleira brasileira perdeu um volume equivalente a 43 mil barris diários.

Essa perda, contudo, tende a ser compensada nos próximos meses pelo avanço do pré-sal. A Petrobras já colocou em operação, na região, duas plataformas este ano: a P-74 (Búzios) e a Campos dos Goytacazes (Tartaruga Verde), que devem aumentar os seus volumes de produção ao longo dos próximos meses. A companhia planeja colocar em operação, ainda, outras quatro plataformas até o fim do ano.

A expectativa da Petrobras é que essas novas unidades ajudem a empresa a dar um salto em sua produção em 2019. Para este ano, a meta é mais modesta, de 2,1 milhões de barris/dia, porque considera as perdas com a venda de ativos e o aumento do número das paradas programadas para manutenção e do declínio do pós-sal.

A Petrobras acumula, no ano, uma média de produção de 2,065 milhões de barris diários, ligeiramente abaixo da meta, de 2,1 milhões de barris/dia.

A produção total de petróleo e gás da Petrobras em julho, por sua vez, foi de 2,60 milhões de barris de óleo equivalente por dia (BOE/dia). O volume representa uma queda de 0,8% em relação ao mês anterior. Da produção total, 2,5 milhões de BOE/dia foram produzidos no Brasil e 102 mil BOE/dia vieram do exterior.

Para além da venda de Roncador, a estatal atribui a queda da produção ao impacto da parada da plataforma de Mexilhão (Bacia de Santos), para inspeções de segurança e melhoria da infraestrutura de escoamento de gás.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 05/09/2018

**Seção:** Empresas

**Autor:** Renato Rostás | De São Paulo

**Título:** Siderúrgicas repassam câmbio e reajustam aço

A persistência do dólar alto já animou as siderúrgicas a repassarem custos e os preços internacionais a seus clientes no Brasil. ArcelorMittal, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e Usiminas anunciaram reajustes para o aço vendido para distribuidores e parte da indústria. Agora, a grande batalha deve ser travada na mesa de negociação com as montadoras, para que os sucessivos aumentos deste ano sirvam também para as fabricantes de automóveis, que possuem contratos mais longos.

Os preços maiores passaram a vigorar na segunda-feira e representam um avanço médio de 10% ante o que era praticado em agosto. Segundo uma fonte, contudo, mesmo encarecendo os produtos, as siderúrgicas locais ainda vendem o aço praticamente ao mesmo preço do importado, já considerados os custos de internalização no país. Em geral, considera-se um "prêmio" de até 10% para os itens nacionais como sustentável, dada a maior facilidade de entrega e assistência técnica por aqui.

Com isso, a rede de distribuição e boa parte da indústria local que não possui contratos de longo prazo - semestrais ou anuais - já recebeu cerca de 30% de reajustes durante 2018. Luis Martinez, diretor comercial da CSN, disse ao **Valor** que, de saída, vai propor às montadoras que o reajuste para os contratos do ano que vem seja na casa de 25% a 30%. O **Valor** apurou que esse é o pedido geral entre as fabricantes nacionais de aço.

A negociação das siderúrgicas com a indústria automotiva é das mais duras do setor. O poder de barganha desses consumidores de aço é dos maiores por causa do volume de compras que realizam. Em 2017, cerca de um quarto do aço

que foi produzido no Brasil foi entregue às montadoras. Por outro lado, caso o dólar se mantenha no patamar atual, próximo a R\$ 4, e a cotação internacional dos produtos - em especial da China - também resista, dificilmente o reajuste poderá ser menor que esse.

Além de estreitar a diferença de preços com o exterior, os aumentos deste ano serviram também para recompor a rentabilidade das empresas, dado que não só o preço das matérias-primas também não sofreu desvalorização relevante - o carvão de coque chegou a registrar alta nos últimos meses - como grande parte desses insumos é importado pelas siderúrgicas.

A novidade na última rodada de reajustes foi o espaço aberto para aumentos em aços longos. A procura por esse tipo de produto, usado principalmente na construção civil e pesada, está mais deprimida do que o segmento de planos, destinado à indústria automotiva, máquinas e equipamentos e linha branca. Por isso, por um bom tempo em 2017 e 2018 o produto nacional foi vendido mais barato do que o importado internalizado.

De janeiro a julho, o consumo aparente - vendas internas das siderúrgicas mais importações - de aços planos ficou em 7,27 milhões de toneladas, 11,1% a mais do que no mesmo período do ano passado. No caso de longos, a alta foi de 7,7%, para 4,63 milhões de toneladas. Apenas recentemente essa área voltada à construção passou a estabilizar suas vendas, após anos de sucessivas quedas.

A CSN promoveu alta de 10,25% no preço de seu vergalhão neste mês, trazendo mais perto de zero o prêmio sobre o item estrangeiro. Segundo construtoras, outras empresas como a Gerdau já começaram a anunciar que vão vender o produto mais caro. Se houver continuidade na recuperação do segmento, é possível que a estrutura de preços se ajuste daqui para frente.

**MME / ASCOM .**